

Castello dos templarios, em Thomar; cavalleiros da ordem do Templo vestidos em trajos de guerra e nos habitos do convento

THOMAR

CASTELLO DOS TEMPLARIOS E CONVENTO DA ORDEM MILITAR DE CHRISTO

(Vid. pag. 2)

II

FUNDAÇÃO DA ORDEM DO TEMPLO

Nos fins do seculo XI resoára por toda a Europa a voz de Pedro o Eremita, exhortando a christandade ao resgate dos logares sanctificados pelo nascimento e martyrio do Salvador. Acudíra ao chamamento um exercito tão numeroso de fieis, oriundos de diversos paizes, que, apesar da falta de disciplina e das difficuldades e perdas que experimentou em tão dilatada jornada, conseguiu assenhorear-se da cidade de Jerusalem e de toda a Palestina (1099).

Os vencedores acclamaram rei de Jerusalem a Godofredo de Bouillon, o illustre capitão que os conduzíra á victoria.

Foi curto o reinado d'este monarcha, pois que apenas durou um anno. Mas n'esse breve espaço de tempo soube assegurar a conquista e firmar no throno a sua dynastia por meio de leis sábias, que organisaram a administração do paiz, e por effeito de successivos triumphos sobre os musulmanos, que elle desapossára da Palestina.

Dizem que o veneno lhe abreviára a existencia em meio da sua gloriosa carreira. O primeiro rei christão de Jerusalem legou a coroa a seu irmão, Balduino I, que, proseguindo com feliz successo nas emprezas militares de seu antecessor, desbaratou por vezes os infieis, arrojando-os para longe das fronteiras do novo reino.

Durante este reinado, que se estendeu até ao anno de 1118, principiou em toda a Europa christã uma continuada romagem para o berço do christianismo. Porém a maior parte dos peregrinos, que logravam, ao cabo das fadigas e perigos de tão longa e difficil viagem, chegar em fim á Terra Santa, eram assassinados, ou feitos captivos, ou, pelo menos, roubados e maltratados antes de lhes ser permittido orar junto do sepulchro do Senhor. Grossas partidas de musulmanos, que infestavam os caminhos publicos, procuravam vingar nos miseros peregrinos as affrontas recebidas dos exercitos christãos.

Alguns cavalleiros, attrahidos á Terra Santa pelo duplicado desejo de se prostrarem reverentes ante os monumentos da redempção, e de combaterem por todos os modos os inimigos da cruz, resolveram dedicar todo o seu esforço e vida em defensa d'aquelles

sagrados monumentos, e á protecção dos fieis que, arrostando as inclemencias do tempo e a barbaridade dos sectarios de Mafoma, iam de longes terras só para visitar e adorar os logares que Jesus Christo e sua Mãe Santissima sanctificaram com a sua divina presença.

Foram nove os cavalleiros que se associaram para essa empreza devota e humanitaria. Eram todos francezes, no dizer dos escriptores d'esta nação; mas, segundo os nossos auctores, um d'aquelles cavalleiros era portuguez, e chamava-se Arnaldo da Rocha. D'entre esses nove cavalleiros era Hugo de Payens ou Paganis, da familia dos condes de Champagne, o mais distincto por nobreza de sangue.

Effeituou-se o accordo no anno de 1118, porém foi no seguinte que, conforme a melhor chronologia, juraram perante Guarimundo, patriarcha de Jerusalem, consagrarem a sua vida ao culto divino em communidade, obediencia, pobreza e castidade.

Era o seu instituto servir a Deus nos campos de batalha, combatendo os inimigos do nome de seu unigenito Filho, e acudir aos peregrinos nas estradas, defendendo-os, protegendo-os, e perseguindo os ladrões e malfeitores.

Balduino II, que succedêra no anno antecedente a Balduino I, seu primo, no throno de Jerusalem, deu o seu consentimento para esta instituição, e fez doação aos cavalleiros, para sua morada, de uma casa reedificada por Santa Helena, e que se erguia junto das ruinas do celebrado templo de Salomão.

O papa Honorio II approvou esta instituição religiosa, e fez com que fosse confirmada pelo concilio de Troyes, em 1128. S. Bernardo determinou o habito que os cavalleiros deviam trajar, e escreveu a regra pela qual se havia de reger a nova ordem. Das visinhas ruinas do templo de Salomão tiraram o seu nome a ordem e os cavalleiros. Tal foi a origem d'essa famosa milicia, que, com o titulo primeiramente de *irmãos da casa do Templo*, e depois de *ordem do Templo*, *templarios* ou *cavalleiros do Templo*, tanta celebridade adquiriu, deixando assignalada na historia a sua existencia com muitas acções heroicas, e tambem com as demasias da ambição e outras más paixões.

III

INSTITUTO, PROGRESSOS E ENGRANDECIMENTO DOS TEMPLARIOS

As proezas dos nove fundadores da ordem do Templo, praticadas em desempenho do seu instituto, não tardaram a fazer echo em toda a Europa. E em breve correram de diversos paizes numerosos mancebos, pertencentes a familias nobres, para se alistarem entre os novos campeões da fé.

Assim augmentou a ordem rapidamente, observando os seus membros uma vida austera e perfeitamente exemplar.

Impunha-lhes a sua regra ouvir missa tres vezes na semana, confessarem-se tres vezes no anno, desterro perpetuo da patria, guerra sem treguas aos infieis, não recusar combate, qualquer que fosse o numero ou poder dos inimigos, e, finalmente, nunca pedir quartel, nem dar resgate.

Vestiam habito branco com uma cruz vermelha, na fórma que os representa a estampa junta, com armadura por baixo do habito ou sem ella, segundo o pedia a occasião de vida conventual ou no campo de batalha. O branco das vestes tinha por fim, como emblema de pureza, trazer-lhes sempre presente o voto de castidade; e a côr vermelha da cruz, symbolo do martyrio, devia recordar-lhes o juramento de morrerem pela defensa da fé.

Como ordem militar de cavallaria fôra-lhes dada bandeira, de que só usavam em campanha. Era a bandeira partida em duas côres, branca e preta, com a cruz vermelha no centro, e uma letra em volta. Na côr branca significavam candura, paz e misericordia para os amigos; e na côr preta exterminio e morte para os inimigos. Dizia a letra: *Non nobis, Domine, sed nomini tuo dá gloriam*. Não deis a nós a gloria, Senhor, mas sim ao vosso nome. A esta bandeira chamavam *balsa*.

Não obstante o fim expresso do seu instituto, pouco tempo se conservou esta ordem limitada á Palestina. Em breve se introduziu em diversos paizes da Europa. Portugal e Aragão foram dos primeiros que a receberam.

A lucta porfiosa em que andavam empenhados na peninsula iberica christãos e moiros offerecia aos cavalleiros do Templo vasto campo para exercerem o seu valor, cumprindo um dos mais terriveis juramentos que os ligavam á ordem. E, com effeito, a peninsula em breve foi para elles um theatro de gloria como a Palestina.

A fama dos seus heroicos feitos, estimulando os brios da juventude, impelliu para o seio da nova milicia muitos mancebos das mais illustres e opulentas familias nos diversos reinos onde se achava admittida.

D'est'arte se ramificou e engrandeceu progressivamente a ordem, tanto em relação ao augmento dos conventos, a que davam o nome de templos, como relativamente ao numero e á qualidade dos cavalleiros.

A importancia dos seus serviços militares, a auréola da gloria, e, finalmente, as relações de familia dos seus membros mais distinctos por nascimento, foram pouco a pouco estabelecendo a sua influencia nas regiões politicas dos estados. Essa influencia, sempre crescente, trouxe-lhes por apanagio as riquezas, sem embargo do voto de pobreza, que lhes impunha o dever de desprezarem os bens da terra.

Chegou a ordem a tão subido grau de esplendor, opulencia e poderio, que mais se assimilhava a um estado soberano que a uma instituição religiosa. O seculo seguinte ao da fundação viu-a na posse de nove mil propriedades, nos diversos paizes onde existia, cujo rendimento se calcula em mais de cem milhões de cruzados; viu-a senhora de muitas villas importantes, e de grande numero de castellos e praças fortes, bem municiadas e guarnecidas; viu, em fim, os seus grão-mestres hombreando com os principes em jerarchia e respeitos.

Reunindo ás emprezas cavalleirosas do christianismo as abstinencias e devoções do claustro, a ordem do Templo era a consubstanciação do pensamento das cruzadas, pensamento em que estavam resumidas as duas grandes idéas, religião e gloria militar, que então dominavam e agitavam os espiritos em toda a Europa. Esta circumstancia, pois, duplicava o valor de todos os outros titulos que a ordem tinha ao reconhecimento, admiração e estima dos povos e dos reis.

Filippe Augusto, rei de França, quando partiu para a Terra Santa, confiou aos templarios a guarda dos seus thesouros e dos archivos do reino. A casa d'elles em Londres era o logar que os reis de Inglaterra preferiam para deposito da melhor parte das suas riquezas. Egual testimunho de confiança lhes deram muitos outros soberanos, constituindo-os depositarios das joias da coroa.

Porém, como succede quasi sempre aos seres que se desenvolvem precocemente, a ordem do Templo apenas attingiu o apogeu da sua grandeza, ou talvez ainda antes de lá chegar, deixou-se penetrar do virus que havia de corrompel-a e destruil-a com a mesma rapidez com que se illustrára e engrandecêra.

Eram passados apenas trinta annos depois que os templarios tinham recebido a sua regra das mãos de S. Bernardo, e já este os censurava e reprehendia pelo luxo que ostentavam nos seus habitos e armas, pela

ambição e avidez com que procuravam elevarem-se e enriquecerem-se, e pelo orgulho e soberba com que mais afeiavam aquelles vicios. E, com effeito, por tal modo os cegou e desvairou essa immensa e repentina prosperidade, que até chegaram a levantar contra christãos as armas que tinham recebido no momento de jurarem perante os altares empregarem-n'as na defensa da fé e no exterminio dos infieis.

Assim vimos os templarios fazendo guerra ao rei de Chypre e ao principe de Antiochia; expulsando do throno a Henrique II, rei de Jerusalem, e ao duque de Croacia; assolando a Thracia e a Grecia; e, finalmente, nas suas rivalidades com os cavalleiros da ordem do Hospital, que mais tarde se intitulou de S. João de Jerusalem, e depois de Malta, perseguindo os seus adversarios até ao ponto de arremessarem frechas contra a propria egreja do Santo Sepulchro, que aquelles cavalleiros guardavam e serviam.

Quando uma instituição, aberrando dos fins para que foi creada, assim caminha de abuso em abuso, ou corre depressa a escala da sua decadencia até perecer, ou acaba subitamente ferida de golpe mortal dado por mão robusta e corajosa. Foi este ultimo caso que succedeu á ordem do Templo. Porém, antes de referirmos a catastrophe que lançou no abysmo das instituições extinctas uma das mais poderosas ordens de cavallaria religiosa que tem existido, diremos algumas palavras sobre a sua entrada e existencia em Portugal.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

O BERÇO DE MALDIÇÃO

(Conclusão. Vid. pag. 35)

V

Ao grito da princeza acordou a ama sobresaltada, e, pondo-se em pé, correu para o berço do menino, julgando que alguma coisa succedêra á criança real.

— Não vêdes, ama, não vêdes esse vulto negro? bradou a princeza desvairada. Oh! dizei-lhe que se vá, dizei-lhe que se vá!

E tapava o rosto com as mãos; e com os hombros nús, as tranças desatadas, parecia querer fugir do regio leito, onde a salteavam taes visões.

Os gritos afflictivos da princeza resoavam já nos outros aposentos. A marqueza de Navarrez e a princeza d'Asculy, damas hespanholas que a haviam acompanhado, acordaram sobresaltadas, e vieram, correndo, informar-se do que tinha a sua régia compatriota.

Encontraram-n'a no estado que dissemos, em quanto a ama, aterrada contagiosamente pelo terror da princeza, exclamava trémula de susto:

— Onde está esse vulto, real senhora, onde o vê vossa alteza?

Os quartos iam-se enchendo de gente, a infanta D. Maria, cujos aposentos eram proximos, correu tambem inquieta ao quarto de sua prima. Acompanhava-a Paula Vicente.

Todos perguntavam o que era, e ninguem sabia responder; a princeza derramava lagrimas copiosas, e a criança, que acordára, chorava nos braços da ama.

N'isto, uma mulher, correndo com os cabellos desgrenhados, entra como doida no aposento, e cae aos pés de Paula Vicente, bradando:

— Salvae-me, salvae-me, senhora!

— Que é isto, Ignez Mendes? exclamou a dama do estrado da infanta D. Maria; esqueceis o sitio em que estaes, olvidaes o decoro a tal ponto, que assim entreis n'estes aposentos sagrados?

— Os moiros, os moiros, senhora! redarguiu Ignez Mendes n'uma convulsão de medo e sem attender a coisa alguma.

— Os moiros! exclamou a princeza sentando-se na cama, quem falla ahi em moiros?

— Desculpae, real senhora, acudiu Paula Vicente, este accesso de loucura de uma criada minha, loucura que não sei como explicar.

— Que falle, que falle! tornou a princeza anciosa. Que moiros viu ella? o meu sonho! o meu sonho!

— Fallae, Ignez Mendes, sua alteza vol-o ordena, disse Paula Vicente.

A noiva de Gil Affonso arrastou-se de joelhos até ao leito da princeza, e exclamou, erguendo as mãos para D. Joanna:

— Senhora, grandes desgraças pesam sobre este reino! Agoiros fataes o annunciam.

— Tambem a vós! acudiu D. Joanna firmando-se no cotovelo e lançando um olhar desvairado para a criada, que se lhe rojava aos pés. Vistel-a tambem?

— Oh! o que eu divisei, senhora, nem sei como a vossa alteza o hei de contar... Estava á janella da minha camara, quando vi de subito, ao clarão de um relampago que illuminou com horrenda luz o palacio, uma longa procissão de phantasmas, vestidos á moirisca, de roupas alvejantes, que entravam pela porta da *varanda del-rei*. Traziam nas mãos tochas, que derramavam uma luz tão vermelha como sangue. Gelada de terror, mal pude bradar «Jesus!»; mas o santo nome não afugentou os descridos, que em funebre procissão continuaram a girar á roda do pateo. Cantavam, ou antes rosmeiavam umas palavras tão lugubremente ensoadas, que infundiam pavor. Quiz fugir e não pude; os pés como que se me haviam pegado ao chão. Tive de ver até ao fim o desfilar dos phantasmas, que, ao passarem por diante das janellas dos aposentos de vossa alteza, soltavam um tão prolongado e tão lamentoso uivo, que se diria o uivar de cainçada sem conta. Depois formaram uma fogueira no meio do pateo, e em torno d'ella travaram umas danças compassadas e vagarosas. O clarão das fogueiras illuminava-lhes o rosto descarnado, e accendia-lhes uma chamma no logar vasio onde os olhos deviam de estar. E um d'elles arrojava, com intervallos, ás chammas a coroa, o sceptro e as quinas portuguezas. E de cada vez bradavam: «Allah! vingança!»

— O sonho! exclamou a princeza aterrada.

— Depois, continuou Ignez Mendes, os descridos saíram em procissão como haviam entrado, e foram direitos ao forte do Caes; senti um baque como se todos se houvessem precipitado no rio, e só então pude fugir, para me lançar aos pés da minha ama; encontrei abertas todas as portas, e corri, corri cada vez mais ligeira, porque me parecia sentir atraz de mim na escuridão dos quartos os passos dos phantasmas, e ver fluctuar a luz dos seus fachos côr de sangue. Assim vim ter aos aposentos de vossa alteza. Desculpae-me, real senhora, a ousadia, e não me expulseis, oh! não!

— Agoiros fataes! exclamou a princeza no meio do pavido silencio de todos os circunstantes: oh! o meu filho! o filho das minhas entranhas! conspira contra elle o inferno. Chamae um padre, um padre que venha abençoar o berço de meu filho.

— Eis-me, senhora! disse uma voz grave.

Olharam, e viram junto da porta o austero vulto do jesuita Rodrigues de Azevedo.

Assistira elle de manhã ao primeiro baptisado da criança real, que fôra admittida no gremio da egreja por seu tio-avô, o cardeal D. Henrique. Naturalmente demorára-se nos aposentos del-rei, que muito lhe queria, e, attrahido pela bulha, viera á camara da princeza.

— Oh! meu padre! exclamou D. Joanna, bem-vindo sejaes! abençoae meu filho, abençoae o reino.

— Sebastião, disse o jesuita avançando vagarosamente para o berço da criança real, em nome de Deus, de quem sou indigno ministro, eu vos abençôo.

Futuro rei D. Sebastião, possa o vosso reino erguer-se ao cumulo da gloria, conduzido pelas vossas mãos benditas. Não prevalecerão contra elle as portas do inferno, que a benção tendes de Deus, rei D. Sebastião, e do meu padre Ignacio de Loyola, filho dilecto de Christo Redemptor.

Um relampago formidavel, insinuando-se pelos postigos entreabertos da janella, illuminou o quarto, e tingiu de livida luz o Christo ascetico e macerado. A tempestade, que toda a noite estivera imminente, rebentou alfim. A voz pavorosa do trovão como que respondeu á benção do jesuita.

Todos os circumstantes caíram de joelhos, bradando:

— Meu Deus!

Só no rosto de bronze de Rodrigues de Azevedo não transpareceu a mais leve commoção.

. . . .

. . . .

Vinte e quatro annos depois perdia el-rei D. Sebastião nos plainos de Alcacer-Kebir a coroa, a vida e o reino. Realisava-se o sonho da princeza D. Joanna, desabava a cúpula do edificio das grandezas de Portugal.

Seria a benção do jesuita?

M. PINHEIRO CHAGAS.

DESCOBRIMENTOS DOS PORTUGUEZES NOS SECULOS XV E XVI

(Vid. pag. 30)

No sempre memoravel dia 8 de julho de 1497 saem do Tejo, ancoradoiro do Restello, quatro navios: o *S. Gabriel*, de 120 toneladas, commandado por Vasco da Gama; o *S. Raphael*, de 100 toneladas, commandado por Paulo da Gama; o *Berrio*, de 50 toneladas, commandado por Nicolau Coelho; e uma nau de 200 toneladas, commandada por Gonçalo Nunes.

Se o rei, em Montemór, recebe um juramento de Vasco da Gama ao entregar-lhe a bandeira da ordem de Christo, se os freires da mesma ordem são conforto na despedida e rogadores pela prosperidade da viagem, no ceo, junto ao throno do Creador, ainda mais valiosa súpplica se ergueu. Os filhos de D. João I oravam de certo pelos nautas que iam rota batida procurar o Preste João e o rei de Calecut.

Mas sigamos a esteira d'aquelles navios. Vae n'elles todo o futuro de um reino. N'elles não, vae n'um sómente, porque sómente a um homem podia confiar-se o futuro da patria, e esse homem havia de ser Vasco da Gama. Sigamos a esteira d'aquelles navios; nem pareça menos util, nem menos digno da maior altura, narrar e memorar ainda as menores particularidades em factos que são fastos, em descripções que se tornam por si mesmas, sem galas nem atavios, sem pompas nem louçanias de linguagem, verdadeiras epopéas, epopéas que exaltam a coragem de um povo, que avivam memorias gloriosas, que fazem pulsar apressado o coração, enthusiasmar o pensamento, expandir venturosa a alma, reverdecer e florir a arvore santa do amor patrio. Sigamos pois a esteira d'aquelles navios.

Dão elles as velas ao vento, avistam as Canarias, e, passando ávante, vão ancorar na ilha de S. Thiago. Refeita a aguada, navegam ousadamente para o sul, e durante tres mezes só vêem ceo e mar. Governam para a costa, e, descortinando a terra, ferram n'uma grande bahia, que chamam de *Santa Helena*. É ahi ferido o capitão-mór, por causa de Velloso encontrar *aquelle celebre oiteiro mais facil de descer que de subir;* corregem os navios, e, velejando novamente, passam o cabo da Boa Esperança em 22 de novembro, á pôpa arrasada. Entram na angra de S. Braz, desmancham a nau dos mantimentos; e proseguindo ávante, luctando com a impetuosidade dos ventos e das correntes, denominam do *Natal* a terra que costeiam; visitam aquella que chamam da *Boa Gente*, para depois entrarem no rio dos *Bons Signaes*. Aportam a Moçambique, e, livres das traições dos seus naturaes e dos de Mombaça, surgem em Melinde, onde com bom gasalhado recebem pilotos do paiz. Novamente desferindo as velas, vão ancorar em Calecut aos 20 de maio de 1498. Portugal tinha lançado uma ponte para a India!

Recebidas as amostras do Oriente, tomados alguns indigenas, supportada a perfidia do Samorim, oppondo sinceridade á traição, attenções e benevolencias aos desdens, lealdade á aleivosia, paz á guerra, o Gama, trajando lucto pelo irmão e companheiro, Paulo da Gama, fallecido na ilha Terceira, vem entrar no Tejo a 29 de agosto de 1499 [1], e entregou a el-rei D. Manuel as primicias da India, para receber em pago o titulo de *dom*.

Alvoroçam-se o reino e a Europa com tal nova. Calculam-se e pesam-se os proventos que podem derivar do extraordinario descobrimento. Ás opposições de longo tempo enraizadas contra as longinquas navegações succedem o afan e delirio com que á porfia pretendem todos visitar as riquissimas paragens d'onde receberam as preciosas amostras conduzidas pelo Gama. Importa, por outro lado, não tanto mandar á India os productos do solo portuguez, mas patentear alli o nosso poderio, para secundar a demonstração que deramos da nossa ousadia. E isto importava não só com respeito ao Oriente, senão, e ainda mais, por interesse da Europa.

Mal descança o rei no palacio da Alcaçova. Á Ribeira o prendem de continuo os apprestos e vigilias para novos e mais largos apercebimentos. Começam a levantar-se os paços da Ribeira com o rapido construir das naus e galeões.

Não ha mingua de ardimentos onde sobram as virtudes cavalheirescas; não faltam ousadias onde abunda a fé; não esmorecem o valor e coragem onde o amor da patria campeia altivo por sobre todos os outros sentimentos de um povo.

Treze navios, sob o mando de Pedro Alvares Cabral, largam do Tejo, e, ou para se desviarem das calmarias do golphão de Guiné, ou levados pela impetuosidade do vento, ou por suspeita de que podem encontrar nova terra, ou ainda outro caminho para a India, tanto se afastam da costa de Africa que aos 43 dias de viagem descortinam um monte, a que chamam *Paschoal*, da paschoa cuja festividade então era. Navegam ao longo da costa procurando um surgidoiro, e tão bom e tão abrigado o encontram, que, ferrando n'elle toda a armada, lhe dão o nome de *Porto Seguro*.

Constroe-se e levanta-se na praia uma grande cruz, celebra-se a primeira missa n'aquellas regiões, e pelo nome de *Vera* ou de *Santa Cruz* é designada a nova terra abordada por Cabral.

1 «Nicolau Coelho chegou a Lisboa a 10 de julho de 1499, e Vasco da Gama a 29 de agosto.»—João de Barros. *Dec.* I, liv. IV, cap. XI, pag. 370.

«A 29 de julho (alguns dizem de agosto) entrou Vasco da Gama no Tejo, aonde já o esperava Nicolau Coelho, que tinha chegado a 10 de julho.»—*Indice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos portuguezes.*

«Vasco da Gama chegou a Lisboa a 29 de agosto, segundo Goes, ou nos principios de setembro, segundo Castanheda, tendo sido precedido, em 10 de julho, por Nicolau Coelho, etc.»—*Roteiro da viagem de Vasco da Gama em 1497*, por A. Herculano e o barão de Castello de Paiva, prologo da 1.ª edição.

«A 29 de agosto chegou Vasco da Gama ao patrio Tejo; e sem entrar na cidade, esteve nove dias no mosteiro de Belem, etc.»—*Historia de Portugal*, por Henrique Schœffer.

«D'esta ilha (Terceira) partiu Vasco da Gama para Lisboa, aonde chegou a 29 de agosto, sendo recebido del-rei e de toda a corte com as maiores honras, festas publicas e demonstrações de alegria.»—*Annaes da marinha portugueza,* por Ignacio da Costa Quintella.

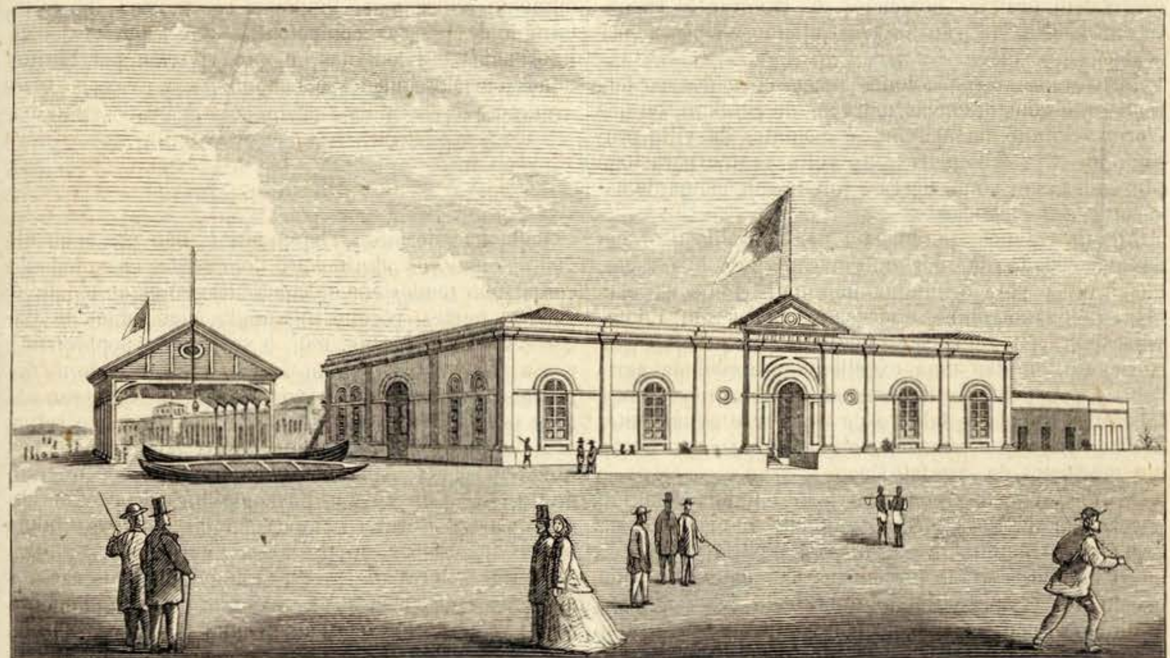
«Da ilha (Terceira) forão muytos nauios em companhia das naos, que todos chegárão juntos a Lisboa, que foi em dezoito dias de Setembro do ano de 499.»—*Lendas da India,* por Gaspar Corrêa, publicadas pela academia das sciencias, sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, liv. I, cap. XXI, pag. 137 e 138.

Ficam alli dois homens e uma cruz. São decorridos 364 annos, e a cruz domina e protege aquelle vasto imperio. Á sombra da cruz de Cabral repoisaram os homens de 1500 — a cruz de Christo tem defendido durante mais de tres seculos a terra de Cabral. E se trocaram pelo de Brasil o primitivo nome, não poderam trocar por outra a primeira edificação que alli fizemos, o primeiro monumento que alli levantámos e o primeiro signal que alli deixámos. É bello meditar como através dos seculos se afigura ainda hoje pairar sob o ceo brasileiro o symbolo de paz e fraternidade deixado por Pedro Alvares. Possa o emblema da redempção guardar e ser o eterno defensor dos nossos irmãos na terra de Santa Cruz!

Destacado Gaspar de Lemos para o reino com tão fausta nova, veleja a armada a 2 de maio, soltando rumo para o temeroso cabo da Boa Esperança. Alli, em desastrosa tempestade, perece Bartholomeu Dias; e assim póde o tormentoso cabo *tomar de quem o descobriu summa vingança*. Prosegue Cabral, e, visitando a costa da Arabia e da Persia, vae a Calecut, a Cochim e Cananor, d'onde regressa a Portugal trazendo embaixadores a el-rei.

João da Nova sae de Lisboa, e caminho da India encontra a ilha da Ascensão, avista a ilhota ou baixio que recebe o seu nome, e ao voltar a Portugal aporta á celebrada ilha de Santa Helena, que dos nossos dias occupa tão larga pagina em a historia da casa real de França e na politica geral da Europa.

(Continúa) ANTONIO FILIPPE MARX DE SORI.



Alfândega de Mossamedes

A COLONIA PORTUGUEZA DE MOSSAMEDES

(Vid. pag. 39)

III

Estabelecido o presidio na ponta Negra, como referimos, o primeiro commandante nomeado foi o tenente (depois major) de artilheria de Benguella, João Francisco Garcia, que d'alli viera por terra com o intuito de auxiliar a exploração scientifica de que fôra particularmente encarregado o illustre Pedro Alexandrino da Cunha, commandante da corveta *Isabel Maria*.

Porém Garcia, apesar de conhecer o gentio e de se dar sempre bem n'aquella região, pouco tempo esteve governando o presidio da primeira vez, e só voltou a Mossamedes em 1847 ou 1848, tendo n'esse lapso por successores os srs. Francisco Antonio Corrêa, Antonio Augusto de Oliveira e Alvaro José de Sousa Soares de Andréa, officiaes da armada nacional.

Nada ha digno de notar-se na prosperidade da colonia nos primeiros nove annos, isto é, desde 1840. Os governadores do presidio desejariam por sem dúvida vêl-a progredir, mas causas de força maior, e alheias á sua vontade, obstavam a esse desenvolvimento; e occorre-nos que duas das principaes causas seriam a falta de protecção da provincia e da metropole, e a ignorancia em que então se estava — e, digamol-o, em que ainda hoje estamos — ácerca das condições de algumas das nossas colonias, e das razões que podem determinar e que tem determinado o seu atrazo ou o seu engrandecimento.

Em 1849, sendo então governador o major do exercito de Portugal, sr. José Herculano Ferreira da Horta, Mossamedes contava apenas 70 europeus, além da guarnição militar. Estes colonos entregavam-se ao commercio de varios productos naturaes, ao grangeio de algum terreno, e á pesca de peixe para salga e para azeite; porém nada d'isto avultava. *Iam vivendo*, como diz o vulgo, mas não podiam engrandecer-se nem engrandecer a colonia.

Um acontecimento lastimoso é que veiu, para o dizer assim, dar nova phase a Mossamedes, e marcar a epocha da sua prosperidade. No mencionado anno 1849 atearam-se acaso mal entendidos e inveterados odios e invejas contra os nossos compatricios residentes em diversos pontos do Brasil, e a séria perturbação em que andava principalmente Pernambuco tinha alli em contínuo risco a vida de centenares de portuguezes. Soube-o logo o governo, as gazetas da epocha referiram-n'o, e em S. Bento, estando então reunidos os corpos co-legislativos, muitas vozes eloquentes se ergueram a fim de protestar contra similhantes factos e se pedir instantemente que se acudisse aos que padeciam.

Vendo-se, pois, o governo obrigado por taes instan-

cias, e pelo proprio dever, a proteger os nacionaes contra a perseguição que lhes moviam em terra estranha e tão longinqua, e não o podendo fazer de outro modo senão promovendo, incitando e dirigindo a emigração de Pernambuco, destinou um ou dois navios a esse serviço, e animou os emigrantes para a colonisação de Mossamedes, não lhes occultando nenhumas das vantagens que d'ahi proviriam aos colonos e á patria.

Com effeito, em agosto do anno já indicado desembarcaram em Mossamedes 140 portuguezes emigrantes de Pernambuco, com o deliberado proposito de procurarem no engrandecimento da nova colonia os meios de resarcirem as perdas e os damnos que tinham até alli padecido. Na qualidade de director dos colonos, como principal d'elles, vinha o sr. Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro. Como de muitos males descendem grandes beneficios, os emigrantes encontraram a compensação do seu trabalho e Mossamedes a sua prosperidade.

Distribuidos pelos colonos recem-chegados os terrenos que constituem as margens do rio Bero, ou das *Mortes* [1], junto da sua foz, e distantes da villa proximo de $2\frac{1}{2}$ kilometros, as culturas que para logo preponderaram com successo foram a da canna de assucar e a do algodão.

Alguns colonos, porém, ou por conselho e ordem da auctoridade, ou por informação que obtivessem, dirigiram-se para o Bumbo, hoje mais conhecido pelo nome de Capamgombe, e alli se estabeleceram. Contava-se entre elles o sr. José Leite de Albuquerque, que conseguiu montar uma excellente propriedade agricola, e pouco depois um engenho com os necessarios laboratorios para o fabrico de assucar e aguardente. É ainda hoje este proprietario quem abastece o sertão dos productos da sua fabrica.

Justificava-se a preferencia pelo Bumbo. O antigo governador de Mossamedes, e official de marinha, sr. Francisco Antonio Corrêa, dissera d'elle o seguinte:

«O Bumbo, cortado por um rio corrente e de agua excellente, e apresentando uma fertil planicie com muito arvoredo, e povoado por gentio facil ao trato, e o mais industrioso que tenho encontrado, porque até já tem conduzido agua por encanamento ás suas terras [2], o que as torna abundantes, offerece uma posição mui vantajosa para se estabelecer a colonia que se destina para a Huila.»

Como nos apontamentos que vamos colligindo havemos de referir-nos especialmente ao Bumbo e á Huila, porque o desenvolvimento da colonisação n'estes pontos é que deve augmentar o poder e riqueza da provincia de Angola e suas dependencias, e é que póde tornar-nos respeitados dos estranhos, que não perdem occasião de humilhar-nos, como que escarnecendo da nossa fraqueza e da incuria com que temos administrado as possessões de além-mar, nada mais diremos aqui a esse respeito.

Ás acertadas providencias tomadas pelo já alludido governador, sr. major Ferreira da Horta, depois official general, e ás que tomou o seu successor, o sr. conselheiro Antonio Sergio de Sôusa, ambos de accordo com o tambem mencionado director da colonia, sr. Bernardino Freire de Figueiredo, se deve, seja dito em homenagem á verdade, a consolidação do recente e esperançoso estabelecimento colonial que hoje possuimos na costa occidental da Africa, e onde a raça branca póde multiplicar sem difficuldade e sem perigo. Posto que não possamos basear todas estas noticias em documentos officiaes, que não possuimos e difficilmente obteriamos, fundámol-as, todavia, no testimunho de pessoas competentes, que reputâmos bem informadas e fidedignas, e que viveram por muitos annos em Mossamedes e Loanda.

(Continúa) B. A.

1 *Rio das Mortes* lhe chamou Pinheiro Furtado, por ter alli o gentio assassinado o tenente Sepulveda, o cirurgião da fragata *Loanda* e mais dois marinheiros. Eis o que a este respeito disse Furtado para o governador, barão de Mossamedes:

«Em 3 de agosto (1785) deu ella (a fragata) fundo na grande enseada do Negro, em 15 graus, que achámos com a lamentavel noticia de ter sido assassinado o tenente de artilheria José de Sousa Sepulveda, e cirurgião Francisco Bernardes, no dia 29, com dois marinheiros, por 34 negros do paiz. Este, muito imprudentemente, sem necessidade e mesmo contra a ordem recebida, costumava ir para terra e entranhar-se n'ella, com o desaccordo de incendiar por duas differentes vezes as cabanas dos negros que encontrou desertas; estes negros se apresentaram, e com apparencias de sincero trato e venda de gados por fazenda, os seduziram e mataram na praia com zagaias, despojando-os dos vestidos. O tenente ainda pôde retirar-se para a lancha, porém mortalmente trespassado pelo peito, e expirou logo n'ella.»

Os negros tinham vindo effectivamente á praia nos dias antecedentes, com carneiros que queriam trocar por facas, pannos, e ferro para zagaias, o que tudo foi referido e confirmado por dois soldados que andavam com os assassinados e conseguiram salvar-se.

2 Vem citado este relatorio do sr. Francisco Antonio Corrêa na interessantissima e por muitas razões importante *Memoria sobre os sertões e a costa ao sul de Benguella, na provincia de Angola*, pelo sr. Simão José da Luz Soriano, official-maior da secretaria de estado dos negocios da marinha e ultramar, onde tambem encontrámos a seguinte curiosa nota:

«Perguntado o regente do Bumbo sobre quem ensinaria aos seus povos o systema de irrigação de que usam, respondeu que, segundo a tradição, fôra um portuguez que, arrojado á costa por um temporal, se salvára entre elles, e lhes ensinára, em recompensa, os amanhos da agricultura que alli praticam.»

A IRIS

Bella Iris, formosa Thaumantias, não vos acho digna das maiores admirações. Com serdes coisa toda de côres, não tendes côr de coisa boa: côres de eloquencia não tendes, porque sois muda, nem sabeis de que côr é a verde, porque todo o vosso ser é apparencia; e é a vossa substancia tão fragil, que perdendo a côr, perdeis a vida. Desde a vossa infancia sem peso algum estaes curva: não sois mais que arco sem settas nem corda; sois uma ponte inutil; por cima de vós ninguem passa; sois um semicirculo, que, quando muito, serve de virgula na contextura do ceo, ou de meio parenthesis na composição do universo; finalmente, na disposição da vossa figura mostraes quereres dar á terra um grande abraço. Mas que caso se póde fazer de affectos, que não tem outro fundamento que uma vistosa superficie, a qual aos seus proprios admiradores em um bater de olhos desapparece?

P. Raphael Bluteau.

AQUEDUCTO DE EVORA

(Conclusão. Vid. pag. 33)

III

Vamos dar conhecimento aos nossos leitores de uma carta que ha tempo se acha em nosso poder, e que nos foi dirigida pelo sr. A. Filippe Simões.

Não obstante ter este distincto escriptor concordado com as nossas idéas, ou, diremos melhor, acceitado os fundamentos d'ellas, a ultima vez que tratára na *Folha do Sul* a questão do aqueducto de Evora, como fizemos ver em o numero antecedente, entendemos que o seu espirito investigador não repoisaria sobre esse accordo, antes lidaria de novo para descobrir o que no assumpto ainda havia de mysterioso ou pouco claro. O zelo com que se dedica ao estudo da historia e antiguidades do paiz; as vantagens que lhe proporcionam para esse estudo em geral, e especialmente no presente caso, a copiosa livraria publica de Evora, de que é digno bibliothecario; a sua residencia na propria localidade do monumento, e a convivencia com varias pessoas d'alli muito versadas em tudo o que diz respeito á archeologia da cidade, eram para nós sobejo penhor de que não seriamos illudidos em nossas esperanças. E com effeito não nos enganámos quando pedimos ao sr. Simões o particular favor de

nos communicar o resultado de alguma nova investigação e estudo que tivesse feito ultimamente ácerca da mesma questão. Accedendo benevolamente ao nosso pedido, obsequiou-nos com a seguinte carta:

«Am.° e sr.—Não as repetirei agora, por as julgar sabidas de v. , as idéas que ha dois annos expendi ácerca do pavilhão ou torrinha que ainda hoje se conserva no extremo do aqueducto, defronte do templo de S. Francisco. Reputei-o então obra romana, e admitti a existencia anterior de outro similhante na parte em que o aqueducto penetra na cidade, entre as portas da Alagôa e de Aviz. A estampa do *Archivo Pittoresco*, as do *Univers Pittoresque* e *Archivo Popular*, e particularmente o artigo em que v. fazia expressa menção dos dois pavilhões, tudo me convenceu de que me não enganava.

«Reflectindo, porém, com mais attenção depois que recebi a carta de v. , apresentaram-se-me dúvidas que difficilmente se poderão resolver. 1.ª Não encontrar na cidade memoria alguma relativa á existencia ou destruição da torre que dizem ter havido á entrada da cidade, e cuja demolição não poderia ser muito antiga, em razão de apparecerem estampas d'aquelle monumento em obras publicadas já n'este seculo; 2.ª faltarem no sitio indicado por taes estampas os vestigios que deveriam ter ficado depois da demolição, e, ainda mais, logar com bastante área para servir de base á torre ou mãe d'agua; 3.ª não poder haver n'aquella parte do aqueducto, que é a mais elevada, similhante construcção do tempo dos romanos sem a conservação de um ou mais arcos do aqueducto primitivo, o que tornaria escusada, e até irrisoria, a controversia que teve effeito entre André de Rezende e o bispo de Vizeu, por se ver claramente que taes restos não podiam deixar de ter pertencido a um aqueducto. Parece-me, portanto, que não deveremos ter por inconcussa a opinião de que sobre a parte do aqueducto que passa por cima da muralha, e no logar indicado pelas estampas, houvera uma torrinha similhante á do largo de S. Francisco.

«Mas não é só n'este ponto que hoje se me suscitam dúvidas. Quando eu publiquei que esta ultima torrinha era romana, affirmaram-me várias pessoas que não, mas sim do tempo de D. João III, estribando-se unicamente nos dois argumentos seguintes: 1.° que a torrinha fica mui distante do logar que occupava a muralha romana, e portanto fóra da cidade; 2.° que, sendo de tijolo, não poderia resistir a tantos seculos como os que tem decorrido desde a dominação romana.

«Ao primeiro argumento não lhe dei nunca nem dou grande valor, porque é ou era tradição na cidade, segundo refere o padre Fialho, que o aqueducto romano levára agua á porta de Moura e ao Rocio, sitios que ficavam extra-muros, e até o ultimo pouco distante do largo de S. Francisco, e em nivel inferior. E, ainda que se despreze a tradição, não é para estranhar que n'uma cidade rica e poderosa, como a *Liberalitas Julia*, houvesse um aqueducto para abastecer não só o interior da cidade, mas alguma quinta, jardim, templo ou estabelecimento importante que ficasse fóra das muralhas. Ao segundo argumento só dará peso quem ignorar que ha muitas construcções de tijolo que se tem conservado desde o tempo dos romanos, desde epochas mais remotas ainda. Não foram, pois, estas razões que actualmente abalaram a minha opinião da origem romana da torrinha.

«Lendo a obra de Murphy mais reflectidamente, reparei que o architecto inglez tomava como romano não só o pavilhão, mas todo o aqueducto. É, portanto, possivel que, dominado por esta idéa ácerca da totalidade da construcção, attribuisse uma parte d'ella a epocha mais remota do que deveria. E como fosse esta auctoridade o que mais me movêra a sustentar a opinião da origem romana, e, por motivo de tamanho erro, perdesse a importancia que d'antes lhe dera, procedi a novo exame e a uma comparação que me não consta que alguem tivesse feito.

«Além da galeria principal dos paços de D. Manuel, de que vem uma estampa no 1.° volume da *Revista Popular*, que é a parte menos arruinada, e hoje está encravada no passeio publico, ha outras reliquias do antigo palacio a poucos passos do pavilhão e do largo de S. Francisco. São umas ruinas do que dizem ter sido a *galeria das damas*. Aqui, n'uma parede que se não desmoronou ainda, ha differentes janellas com columnas e outros ornatos, todos de tijolo, a quererem imitar o marmore. Ora, comparando estes restos com o pavilhão, achei não só grande similhança de estilo, mas tambem de construcção, sendo os tijolos de egual espessura e cortados do mesmo modo, para constituirem os diversos ornatos.

«Ao pavilhão do aqueducto serve de base um corpo quadrangular, cuja face oriental se vê representada na gravura que v. me remetteu, no logar em que terminam os arcos. É obra de alvenaria, feita em grande parte com pedras de granito lavradas. Ora na mencionada galeria, no cunhal, cujas faces olham para o sul e poente, ha pedras *exactamente* eguaes, na natureza, lavor, côr e fórma, ás que se vêem na base do pavilhão. Tudo isto induz a crer que ambas as construcções são contemporaneas. Eram entre ellas os jardins dos paços reaes. Ao pé da base do pavilhão encontraram-se ha dois annos vestigios de um tanque com ornatos de estuque, aonde deveu ter corrido a agua que descia do pavilhão, e de altura bastante para formar algum repuxo elevado. Estes e outros restos, as pinturas que appareceram tambem pelo mesmo tempo soterradas n'aquelles sitios, denotam que os jardins eram magnificos, e em tudo correspondiam á idéa sublime que ainda hoje se póde formar da antiga residencia dos nossos reis. E sendo assim, não admira que quizessem aformosear sitios tão deleitosos com o elegante pavilhão que corresponde á terminação do aqueducto dentro da cidade, d'onde por certo se repartia a agua para os poços e jardins reaes.

«A ruina d'estas construcções começou provavelmente no tempo em que Filippe II fez mercê aos religiosos de S. Francisco, por diversas provisões, de todo o ferro que havia no palacio, do tanque e laranjal, e de algumas salas, tudo para augmento do convento.

«O erro de Murphy explica-nos a concordancia de tantos escriptores ácerca da origem do pavilhão. Publicado em livros taes como a *Viagem* do architecto inglez e o *Ensaio* de Balbi, seria depois reproduzido por aquelles a quem esses livros serviram de fontes. De dizer Murphy que estava á entrada da cidade (referindo-se á terminação do aqueducto, e não ao sitio em que galga a muralha para entrar na cidade), deprehenderia alguem que podia representar-se a parte do aqueducto contigua á muralha com o pavilhão que Murphy desenhára. D'ahi o erro das estampas e a opinião de que tinha havido dois pavilhões. Que este auctor se referiu ao pavilhão que hoje existe no largo de S. Francisco, parece-me fóra de dúvida, pois, tendo descripto o templo, não deixaria de mencionar aquella construcção notavel, declarando que havia duas no aqueducto.

«Com quanto não ouse apresentar como infalliveis as conclusões a que cheguei, parece-me, comtudo, serem conformes com a razão e com a observação imparcial das coisas. V. dirá o grau de probabilidade em que merecem ter-se, e a opinião que definitivamente se deve formar em assumpto tão obscuro como importante.

«A torre representada na gravura fica em frente da fachada do templo de S. Francisco, e separada do

largo d'este nome pelos arcos do aqueducto parallelos á mesma fachada. O terreno em que assenta pertence hoje á camara municipal, pela concessão que o governo lhe fez em 1864. Como tem de ser construido n'este logar o novo mercado, não falta quem diga que o pavilhão será demolido *para não obstruir a praça*. Creio, porém, que não está isto na mente da vereação actual, composta de pessoas illustradas, e presidida por um cavalheiro cuja instrucção e bom gosto nos garantem a conservação de tão valioso monumento.

«A porta que se vê na estampa, contigua á base do pavilhão, era a serventia do carro para a cozinha e mais officinas do convento. Hoje dá passagem do largo de S. Francisco para os terrenos cedidos á camara.

«Tenho satisfeito, não como desejo, mas como sei e posso, aos quesitos que v. formula na sua carta. Da minha resposta póde v. publicar o que quizer, pois não duvido mudar de opinião n'um assumpto em que tal mudança nada tem de desairosa.

«Sou etc.—Evora, 12 de julho de 1866.—*Augusto Filippe Simões.*»

IV

Todas as considerações expendidas n'esta carta pelo sr. Simões nos parecem cheias de sensatez e de fino criterio. Perante as pesquizas minuciosas que levou a effeito no alto da muralha da cidade, onde se dizia que existíra, e em gravuras de diversas obras se figurava, um pavilhão ou mãe d'agua; e perante as suas investigações archeologicas no pavilhão existente junto ao convento de S. Francisco e nos restos do paço del-rei D. Manuel, julgâmos provado que nunca existiu o primeiro d'estes pavilhões: e quanto ao segundo, entendemos que, mal podendo sustentar-se a sua origem romana, todas as probabilidades são favoraveis á opinião dos que attribuem a sua construcção ao reinado de D. João III.

É possivel, e até natural, que, sendo André de Rezende o verdadeiro auctor da restauração do aqueducto de Sertorio, tanto pela descoberta que fez dos seus vestigios, como pelas solicitações e esforços que empregou para resolver el-rei D. João III a emprehender essa obra, se lembrasse e diligenciasse que o architecto incumbido de construir a mãe d'agua entre os paços reaes e o convento de S. Francisco désse a esta construcção a fórma de um pavilhão romano. A predilecção que o celebre archeologo teve pelas antiguidades exclusivamente romanas, e a superintendencia que provavelmente não deixaria de exercer n'aquella edificação, auctorisam bastante, a nosso ver, uma tal supposição. Todavia, póde causar alguma dúvida a perfeição da obra, principalmente no que diz respeito aos preceitos da architectura. Póde, na verdade, passar por uma fabrica dos melhores tempos da arte da antiga Roma, quer a considerem em relação ao estilo de architectura, quer a contemplem relativamente ás boas proporções e mais primores architectonicos. E foi certamente esta razão a que mais preponderaria no animo do architecto Murphy para attribuir todo o monumento, aqueducto e pavilhão, a origem romana.

Este intelligente artista, que esteve bastante tempo em Portugal, viajando e examinando com attenção os nossos principaes monumentos, não poderia deixar de reconhecer que o reinado del-rei D. João III foi para a architectura nacional, como para outras coisas, uma epocha de transição e decadencia. Forçosamente havia de ter notado Murphy nas obras architectonicas d'essa epocha, mais ou menos, uma certa anarchia ou desordem, e em muitos casos falta de boas proporções, resultado necessario d'aquelle estado de decadencia e transição.

Parece-nos, pois, que alguma desculpa tem o architecto inglez n'aquelle seu engano, e do mesmo modo as pessoas que, sem averiguações na propria localidade, seguiram o seu parecer, quanto ao pavilhão.

Não sabemos qual seria a origem do erro que se nota em varias gravuras nacionaes e estrangeiras, fazendo figurar sobre o muro da cidade, na entrada do aqueducto, um pavilhão egual ao do largo de S. Francisco. Murphy, no seu livro de viagem em Portugal, apresenta em uma bella gravura a vista do aqueducto e muralhas da cidade, mas sem o imaginado pavilhão. Do de S. Francisco fez uma gravura especial, mas abrangendo unicamente a parte artistica, isto é, o corpo propriamente do pavilhão, composto das duas ordens de architectura, dorica e jonica, sem indicar a collocação ou situação do monumento.

O primeiro jornal, que nós saibamos, que incorreu na referida inexactidão, foi o *Magasin Pittoresque*, de Paris, que publicou, em 1835 ou 36, uma grande gravura representando os dois ultimos arcos do aqueducto e o pavilhão sobre a muralha. Não diz, porém, d'onde a copiou, e o mesmo fez mr. Ferdinand Denis no volume de *L'Univers Pittoresque* em que vem a gravura d'onde foi copiada a que publicámos no vol. VII do *Archivo*. Como se poderá ver, é inteiramente differente da do *Magasin Pittoresque*. Outros jornaes illustrados do nosso paiz tambem publicaram identicas gravuras. Tudo isto tendia a dar corpo á idéa de que existíra outr'ora sobre a muralha da cidade o improvisado pavilhão.

Quanto á cópia da *Apologia* e das cartas de André de Rezende que vimos, fica demonstrado que era apochrypha. Se bem nos lembra, a letra em que estava escripta era dos fins do seculo XVII ou principio do XVIII. Intitulava-se cópia da cópia dos referidos manuscriptos, que se guardava na livraria do conde do Vimieiro. Foi talvez uma fraude armada á boa fé d'aquelle fidalgo, que, sendo possuidor de uma das mais selectas e ricas livrarias de Portugal, pagava generosamente os manuscriptos raros, e na falta dos originaes as suas cópias.

I. DE VILHENA BARBOSA.

A ITALIA

Tem a Italia figura e similhança de uma perna de homem com sua bota, e se estende entre os dois mares, Thyrreno e Adriatico; mas não disse bem: pisou alli com impeto aquelle grande pé da terra ao Mediterraneo, e salpicando, saltaram para um lado o mar Adriatico, e para o outro o mar Thyrreno. Pela parte do occidente e do norte, formam-lhe o cano os Alpes; e d'elles se deduz como estendido osso o Apenino até o pé, que sobre o mar Jonio fortalecem os tres celebres promontorios ou cabos Japigio, Lacinio e Leucopetra. Como a joia do mundo a engastam os Alpes na prodigiosa prata de sua neve, e a zelam aquelles mares entre o cristal sempre illustre de suas ondas... É patria e esphera de toda a sciencia, e das mais cultas e formosas artes: não ha voz que possa ponderar os aprazíveis encantos de sua musica e sua poesia: n'ellas parece que seus admiraveis genios, tendo conquistado o mundo, ainda quizeram usurpar o mais agradavel aos ceos. Tem vida suas pinturas, avultando-se aos olhos em palpaveis corpulencias: grangeiam outro nome ao pintor, e se julga Phidias o que é Appelles. Seus esculptores não acabam as estatuas, porque receiam mordel-as o cinzel, vendo-as vivas. Em fim, todos os mais cultos empregos da racionalidade são exercicio indefectivel da culta Italia.

FRANCISCO BOTELHO.